



SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

**Relatório INSP-2020-0164**  
**BI-2020-0107**

## 1 – Dados gerais

### 1.1 - Inspeção

**Data:** 24/11/2020      **Hora:** 11h15      **Tipo:** Denúncia (DEN-2020-0098)

**Motivo da inspeção:** Extraordinária

**Inspetor responsável:** Cláudia MFG. Rosa

**Outros inspetores da IRA:**

#### Descrição da inspeção:

A inspeção realizada teve como objetivo averiguar no local a situação reportada pela Polícia de Segurança Pública (PSP) – Divisão Policial da Horta, constante do Processo **DEN-2020-0098**, relativa ao abandono de resíduos na Estrada da Caldeira, na ilha do Faial – Estrada Regional N.º 2 – 2.ª.

A inspeção foi realizada sem aviso prévio, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 80.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2013/A, de 2 de agosto.

A visita inspetiva foi acompanhada pelos Vigilantes da Natureza do Serviço de Ambiente do Faial, Mário JP. Silva e Patrícia AS. Meirinho.

*A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.*

### 1.2 – Empresa/entidade inspecionada

**Firma/nome:** Desconhecido

**NIPC/NIF:**

**Sede/morada:**

**Código Postal:**

**Freguesia:**

**Concelho:**

**Ilha:**

### 1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

**Nome:** Estrada da Caldeira - Estrada Regional N.º 2 – 2.ª

**Endereço:** Flamengos

**Código Postal:** 9900-401

**Freguesia:** Flamengos

**Concelho:** Horta

**Ilha:** Ilha do Faial

**Atividade principal:**

**Outras atividades:**

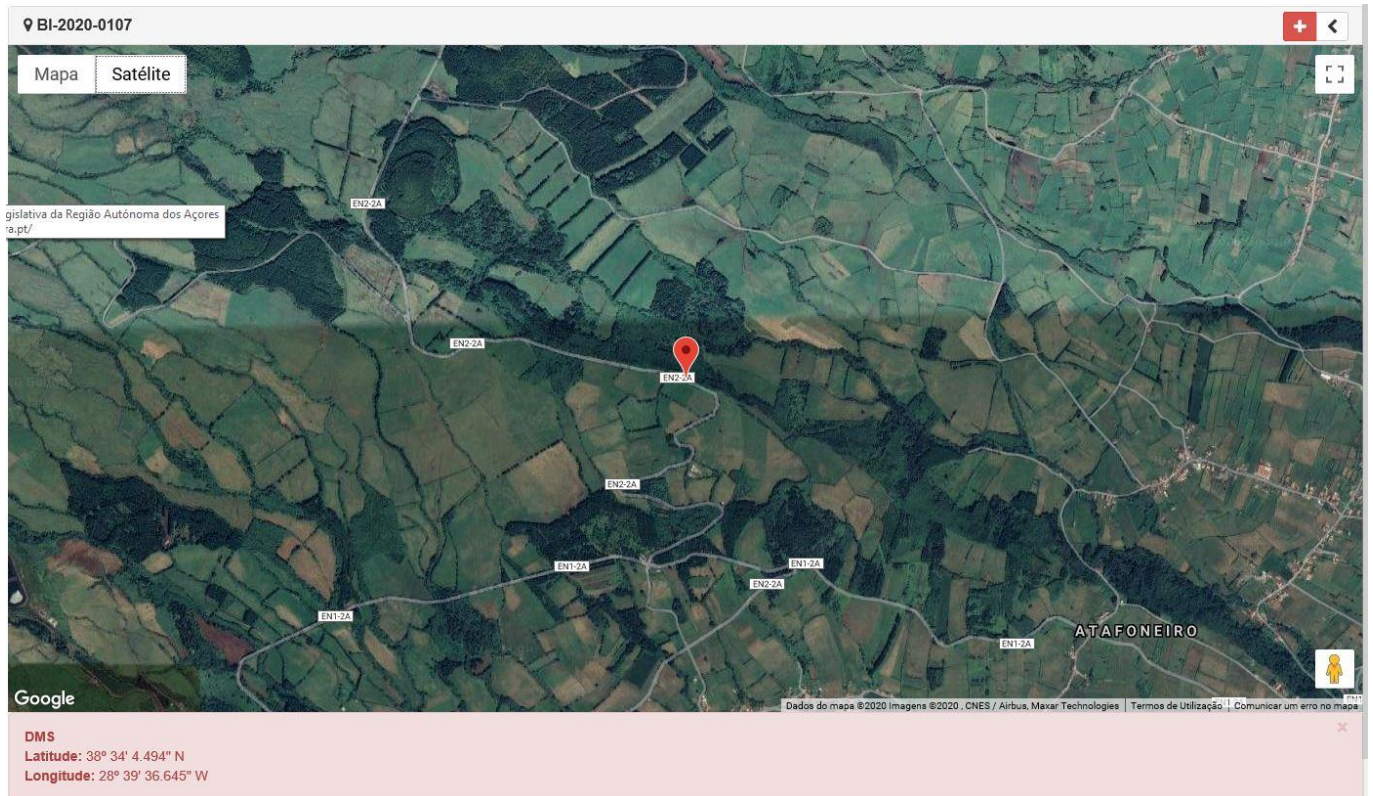
**Período de funcionamento:**

**Licenciamento da atividade:** Não licenciada.



SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

**Coordenadas geográficas:** Latitude: 38° 34' 4,61" N; Longitude: 28° 39' 36,65" W



**Figura 1:** Localização do estabelecimento inspecionado – Berma da Estrada da Caldeira.

## 2 – Situação observada

### 2.1 – Antecedentes

Os antecedentes existentes na IRA relativos a este processo são os constantes do processo **DEN-2020-0098**, designadamente, uma participação da PSP – Divisão Policial da Horta, através da qual é denunciada a descarga e abandono de diversos resíduos na berma da estrada da Caldeira, classificada como Estrada Regional N.º 2 – 2ª.

Das diligências realizadas pela PSP não foi possível apurar a identidade do autor do depósito e abandono dos resíduos, nem há quanto tempo os resíduos permanecem naquele local, nem aferir sobre a propriedade do terreno em causa.

### 2.2 – Descrição da situação observada

Tal como descrito na participação da PSP, no local foi verificada a existência de diversas tipologias de resíduos abandonados na berma da estrada da Caldeira, entre os quais, plásticos, RCD, madeiras, vidro, tubos e sobrantes vegetais, conforme patente nas **Figuras 2 a 5**.





**Figuras 2 e 3:** Local do abandono de resíduos – Berma da Estrada da Caldeira.



**Figuras 4 e 5:** Depósito de resíduos (plásticos, RCD, madeiras, vidro, tubos, sobranes vegetais, entre outros) abandonados na berma da Estrada da Caldeira.

### 2.3 – Enquadramento legal

- Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, 16 de novembro, que estabelece o Regime Geral de Prevenção e Gestão de Resíduos;
- Decreto Legislativo Regional n.º 18/2003/A, de 9 de abril, que define o regime jurídico do planeamento, do desenvolvimento e da gestão das redes das vias públicas de comunicação terrestre na RAA, com as alterações introduzidas pelo Decreto Legislativo Regional Nº 39/2008/A, de 12 de agosto.

Nos termos do n.º 1 do artigo 4.º do DLR n.º 18/2003/A, de 09/04, a construção, beneficiação, reabilitação, manutenção e gestão das vias públicas da rede regional são da competência do Governo Regional.

De acordo com o disposto no artigo 32.º do citado diploma legal, cabe à entidade competente em relação à gestão de cada tipo de rede viária promover a arborização e o revestimento vegetal das vias sob sua jurisdição e zelar pelo seu tratamento e conservação, sendo que as áreas de arborização e revestimento vegetal estendem-se às margens, taludes e terrenos sobranes das respetivas vias.

Entre as várias interdições relativas à zona da via previstas no artigo 40.º do mesmo diploma, destaca-se a proibição de depositar, ainda que temporariamente, mato, estrumes, pedras, lenhas, madeira ou quaisquer outros materiais ou objetos, bem como a proibição de lançar garrafas e outras taras perdidas, e de abandonar, deixar ou depositar sacos, papéis ou outros elementos poluidores, considerando-se que a zona da via é constituída pelo terreno por ela ocupado, abrangendo a faixa de rodagem, as bermas e, quando existam, as valetas, a faixa de estacionamento, os passeios, as banquetas e os taludes, conforme disposto no artigo 23.º do mesmo diploma legal.



SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

### 3 – Irregularidades e infrações detetadas

Foram verificadas as seguintes infrações:

Infração	Enquadramento legal
Abandono ou descarga de resíduos em locais não licenciados para a realização de operações de gestão de resíduos, nomeadamente, plásticos, RCD, madeiras, vidro, sobranes vegetais, entre outros.	Viola o disposto nos n.º 3 e n.º 4 do artigo 15.º, conjugado com o artigo 12.º, ambos do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, constituindo <u>contraordenação ambiental grave</u> prevista no artigo 229, n.º 2, alínea a), do mesmo diploma legal, sendo punível, se praticada por pessoas singulares, com coima de 2.000 € a 20.000 €, em caso de negligência, e de 4.000 € a 40.000 €, em caso de dolo, nos termos do n.º 3 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, com as últimas alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2019, de 26 de Março.

### 4 – Indicações e medidas adotadas

Considerando que, no caso de impossibilidade de determinação do produtor dos resíduos, a responsabilidade pela respetiva gestão recai sobre o seu detentor e, tendo em conta que gestão das vias públicas da rede regional são da competência do Governo Regional (através da Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações), conforme referido no ponto 2.3 do presente relatório, foram adotadas as seguintes medidas:

#### Medidas adotadas:

- ☒ Envio do relatório à Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações, para conhecimento.
- ☐ Arquivamento do processo inspetivo.
- ☒ Notificação para regularização.
- ☐ Levantamento de auto de notícia.
- ☒ Outra: Envio do relatório de inspeção ao SAF para conhecimento.

Horta, 28 de dezembro de 2020

A Inspetora Superior Principal